

O BIBLIOTECÁRIO NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: Depoimentos de profissionais de Santa Catarina

Eliane Fioravante Garcez*
Miriam Vieira da Cunha**

RESUMO

O artigo trata sobre a atuação do bibliotecário no ambiente escolar. Discorre sobre os conceitos de profissão e de profissionalização e sobre as abordagens funcionalista e interacionista da Sociologia das Profissões. O texto fundamenta-se nas Teorias de Norbert Elias, Berger e Luckmann e Serge Moscovici. A profissão do bibliotecário, assim como as demais, se dá num entrelaçar de vários sujeitos, em um processo histórico-social influenciado pela linguagem e pela interação. Ao interiorizarem e exteriorizarem conhecimento esses sujeitos constroem uma profissão e uma identidade profissional. Nesse *continuum*, o atual modelo formativo da Escola de Educação Básica, do bibliotecário e do professor, passa a ser percebido e questionado pelo bibliotecário catarinense, como revela o discurso do coletivo profissional pesquisado. Pela interdisciplinaridade do tema, o texto pretende contribuir para um re-pensar sobre as perspectivas da formação e da atuação desse profissional.

Palavras-Chave: Sociologia das Profissões. Bibliotecário. Biblioteca Escolar. Santa Catarina.

* Bibliotecária escolar, Mestre em Ciência da Informação pelo PGCIN/UFSC.
E-mail: efgarcez@ig.com.br

** Professora do Departamento de Ciência da Informação da UFSC.
E-mail: vieiradacunha.miriam@gmail.com

I INTRODUÇÃO

Nossos hábitos de pensar inclinam-nos a procurar 'começos'. [...] confrontam-nos ininterruptamente com alternativas estáticas [...]. E evidentemente ainda temos muita dificuldade em nos imaginarmos como parte de um processo gradual de mudança, contínuo, dotado de estrutura e de regularidade específicas [...] (ELIAS, 1993, p. 230).

Neste século, informação e conhecimento são imprescindíveis para dar sustentação às decisões individuais e coletivas. Em vista disso, parece sensato viabilizar o acesso e ensinar os indivíduos a utilizarem a informação de forma competente. A Escola de Educação

Básica e a pesquisa escolar representam, respectivamente, o ambiente primeiro e um dos caminhos possíveis para desenvolverem essa habilidade. Neste mundo globalizado e competitivo, a escola, no seu papel histórico de local de socialização e democratização da informação, deve ser fortalecida.

O ensino e a aprendizagem, centrados na oralidade do professor e no livro didático, somados à ausência de bibliotecas e a falta de diretrizes voltadas ao ensino com pesquisa levam o aluno a hábitos baseados na reprodução do conhecimento. No Brasil, essa realidade também afeta os demais níveis de ensino, conforme relatam Franco Junior, Vasconcelos e Menegassi (2002), Warde (2002) e Silveira (2002).

As avaliações das redações dos vestibulandos permitem verificar as deficiências do e no ensino brasileiro. Franco Junior, Vasconcelos e Menegassi (2002) relacionam os baixos níveis de leitura ao fracasso escolar, afirmam que

[...] o próprio vestibular [...] tem servido também, de avaliação dos graus anteriores (1º e 2º). Portanto, as possíveis falhas que esse instrumento aponta decorrem também do trabalho que se faz na escola de 1º e 2º graus. (FRANCO JUNIOR; VASCONCELOS; MENEGASSI, 2002, p. 102).

Silveira (2002) menciona ainda que os problemas de redação em mestrados e doutorandos têm raízes na educação básica.

Parece-me que as causas básicas dessas dificuldades estão situadas em nosso atual ensino/aprendizagem de língua materna nas escolas brasileiras de primeiro e segundo graus, além de em nossas universidades. Salvo raras exceções, o nosso educando está sendo formado para a reprodução do 'saber' transferido pela escola, através do livro didático e do professor. (SILVEIRA, 2002, p. 160).

O processo é cíclico, ou seja, o aluno de hoje será o profissional de amanhã. Nesse sentido, no nosso entender, a orientação à pesquisa deve ser oferecida a partir da

escola básica, de forma gradual e contínua. Diante disso, a presença do bibliotecário naquele ambiente é fundamental.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a precariedade do ensino, apontada por Franco Junior, Vasconcelos e Menegassi (2002), Warde (2002) e Silveira (2002) sinaliza uma necessidade de mudança na educação escolar. No entanto pergunta-se: Quais serão seus reflexos na formação e na atuação dos bibliotecários? Que novas habilidades deverão integrar o currículo para que desenvolvam novas competências? Estamos diante de um novo nicho de atuação bibliotecária - o de ensinar alunos a "construir" conhecimento, desenvolvendo neles habilidades para o uso da informação?

Com base nos discursos de bibliotecários escolares de Santa Catarina pretende-se, poder contribuir para repensar a formação bibliotecária.

A partir das indagações que suscitaram esses discursos é possível conhecer a representação que o bibliotecário constrói acerca da atividade de pesquisa no contexto da escola de Educação Básica de Santa Catarina. Para Moscovici (2004, p. 21), "as representações são sempre um produto da interação e da comunicação". Elas são formadas a partir de um contexto social específico, nele considerados tempo e espaço.

A seguir discutimos os conceitos de profissão e de profissionalização, a partir de abordagens da sociologia das profissões, as contribuições de Melvil Dewey à profissão do bibliotecário e fazemos algumas considerações sobre a formação desse profissional no Brasil. Finalmente, analisamos as manifestações discursivas do bibliotecário escolar de Santa Catarina sobre sua atuação na pesquisa escolar.

2 ESTADO E ESCOLA: A REGULAÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO

Até o século XVIII, a aprendizagem acontecia basicamente pela observação e repetição de cada atividade. Com as mudanças no mundo do trabalho, intensificadas, principalmente, a partir do século XIX, houve a necessidade da participação da instituição escolar para formar profissionais. (ELIAS, 1993).

Para Berger e Luckmann (2003, p. 185), a escola é o aparelho legitimador da aprendizagem secundária ao promover a "aquisição do conhecimento de funções específicas, funções direta ou indiretamente com raízes na divisão do trabalho." A partir dessa ideia torna-se possível preparar pessoas para atuar numa sociedade em crescente grau de especialização. Assim a instituição escolar passa a ser vista como fundamental à sustentação social. Daí a necessidade de se empreender esforços, conforme expressam Berger e Luckmann (2003, p. 158), na "organização do pessoal para ministrar os corpos especializados de conhecimento [...]."

A partir do século XX, com a intensificação dos avanços tecnológicos, as transformações sociais passam a influenciar e determinar as condições em que uma profissão é criada, transformada ou extinta. As tecnologias de informação passam a reconfigurar o campo de atuação das profissões e o perfil de seus profissionais.

Os avanços sociais transformaram o mundo do trabalho num ambiente competitivo que exige, cada vez mais, qualidade e produtividade. O que difere uma atividade de outra, é o nível de conhecimento exigido para a sua execução, fato que nos remete à escola. Cunha (2006, p. 143) lembra que “a formação garante o monopólio do conhecimento, dá acesso à qualificação e ao reconhecimento profissional [...]”. Com a exigência de formação, a divisão do conhecimento colabora para que aconteça proporcionalmente uma organização de indivíduos para ministrá-lo. (BERGER; LUCKMANN, 2003).

O envolvimento de escolas, universidades, associações, ou conselhos profissionais no reconhecimento social de uma profissão revela a participação do Estado enquanto instituição reguladora desse processo.

3 O QUE É PROFISSÃO?

Há muitas divergências entre os teóricos sobre o conceito de profissão. Contudo, pode-se afirmar que as profissões resultam da acumulação e eventual partilha de conhecimentos específicos. Estes conhecimentos podem ser adquiridos pela experiência cotidiana quando da realização de determinada tarefa, e por meio de atividade mediada pela aprendizagem institucionalizada pelo Estado.

As profissões são um segmento particular da força de trabalho, um tipo distinto de ocupação com especial importância para a sociedade. São formadas por grupos de pessoas com conhecimentos e competência específicas, adquiridas através de educação formal. Esses grupos podem ser definidos como comunidades com as quais seus membros compartilham uma identidade, engajamento pessoal, interesses específicos e lealdade (CUNHA, 2006, p. 142).

A regulação estatal contribui para que os profissionais fortaleçam o direito de explorar determinada área de atuação, construir e socializar conhecimentos específicos, e adquiram autoridade para ensinar, recrutar e avaliar o seu desempenho (CUNHA, 2006). Segundo Diniz (2001, p. 20) os atributos de uma profissão são:

[...] a existência de um corpo de conhecimento suficientemente abstrato e complexo para requerer um aprendizado formal prolongado; uma cultura profissional sustentada por associações profissionais; uma orientação para as necessidades da clientela (*service orientation*) e um código de ética. (DINIZ, 2001, p. 20).

Para Freidson (1998, p. 50), cada profissão possui uma singularidade que, dentro de uma perspectiva da construção social, deve ser respeitada. Para este pesquisador pensar o conceito de profissão exige que tenhamos em mente que ele é “histórico e mutável”.

A sociologia das profissões tem duas correntes de pensamento: a funcionalista ou estruturalista (ou estática) e a interacionista (de processo ou de conflito). (FREIDSON, 1998; RODRIGUES, 2002). No nosso entender essas abordagens se complementam. Enquanto a primeira busca descrever as etapas por que passa uma ocupação até ser reconhecida como profissão de forma linear, ou estática como prefere Rodrigues (2002), a segunda concebe esse processo como uma série de interações sociais que contextualizadas trazem às profissões uma noção de historicidade, revelando suas singularidades. Ainda sobre estas abordagens, Diniz (2001, p. 23) argumenta que “a organização profissional é historicamente contingente, um resultado das condições sociais existentes”.

Durante muito tempo, os estudos sobre profissões centravam-se no ambiente e nas interações sociais que aconteciam dentro do ambiente de trabalho. Foi a partir de Johnson (1972), seguido por Larson (1977) e Freidson (1988) que o ambiente social externo começou a ser considerado. Nesses estudos, as profissões passam a ser vistas, respectivamente, a partir de sua influência política, de sua relação com as elites econômicas e políticas, com o Estado e com o sistema de classes. (FREIDSON, 1998).

A profissionalização acontece a partir de uma necessidade social. É um processo histórico-social que exige organização e participação política dos indivíduos que integram determinada categoria. Segundo Freidson (1998, p. 98), este processo ocorre quando uma “ocupação organizada” adquire exclusividade para realizar determinado trabalho, controlar a formação e o acesso à mesma, e determinar e avaliar a forma como o trabalho é feito.

Para Abbott (1988), as profissões formam um sistema de inter-relações, onde cada uma delas disputa um espaço bem definido. Nesse sentido, o prestígio de cada profissão está relacionado à ocupação desse espaço, que por sua vez depende do prestígio de seu sistema de conhecimento.

Outro aspecto que merece ser trazido à discussão se relaciona à coesão e aos conflitos existentes no interior das categorias profissionais. O termo profissão se relaciona à existência de uma comunidade que compartilha uma lealdade, interesses comuns e fidelidade. (CUNHA, 2006, p. 142), Contudo, calcada na concepção interacionista, Rodrigues (2002) entende que a diversidade e o conflito de interesses dentro de uma mesma categoria são imprescindíveis. De acordo com Burcher e Strauss (1961 apud RODRIGUES, 2002, p. 19) estes aspectos são significativos na perspectiva de que provocam “mudanças, avanços, redefinindo-se novas posições e relações dentro do grupo e fora dele, que são parte fundamental nos processos de profissionalização.”

Se por um lado a profissionalização resulta da especialização de diferentes áreas do conhecimento para suprir necessidades sociais, por outro, esse processo cria desigualdades entre as profissões. Diniz (2001, p. 165) utiliza o termo “estratificação das profissões” e o relaciona à “fragmentação das desigualdades sociais.” Para Freidson (1998, p. 145) os “diferentes conteúdos de conhecimento proporcionam chances desiguais no mundo do trabalho”. Todavia, mesmo que a hierarquização do conhecimento tenha conferido maior *status* social a determinadas profissões, ela não invalida a compreensão de que todas as atividades têm espaço no ambiente social. A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO (BRASIL, 2002) mostra, por exemplo, que bibliotecário (formação superior), técnico em biblioteconomia (formação profissionalizante) e auxiliar de biblioteca (treinado no ambiente profissional) compõem uma hierarquia profissional e ocupacional. Para Souza (2003, p. 137), essa hierarquia pode ser vinculada, dentre outras, “às características de público e às limitações econômicas do país [...]”

Ao discorrer sobre o crescimento das sociedades e a distribuição de tarefas no meio social Elias (1993) afirma que

[...] do período mais remoto da história do Ocidente até os nossos dias, as funções sociais, sob pressão da competição, tornaram-se cada vez mais diferenciadas. Quanto mais diferenciadas elas se tornavam, mais crescia o número de funções e, assim, de pessoas das quais o indivíduo constantemente dependia em todas suas ações, desde as simples e comuns até as complexas e raras (ELIAS, 1993, p. 195).

A luta por espaços profissionais, fez surgir escolas, universidades, sindicatos, movimentos sociais, diferentes instituições em diferentes instâncias de poder. Nesse ambiente competitivo, enquanto algumas profissões chegaram à atualidade, fortalecidas ou transformadas, outras cederam lugar a novas ocupações. Da simples troca local de mercadorias chegamos ao complexo mundo do trabalho globalizado. Entre esses extremos ocorre o processo de profissionalização do bibliotecário.

5 A PROFISSIONALIZAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO: A CONTRIBUIÇÃO DE DEWEY

Elias (1993) acredita ser impossível indicar o início absoluto de uma ação. Deste modo, o ponto de partida da história da Biblioteconomia moderna, no território norte-americano baseia-se em fragmentos trazidos por Kramer, em 1966. O resgate de parte dessa trajetória nos mostra como os condicionantes sociais, locais e globais são determinantes na evolução de uma ocupação em profissão. O marco inicial dessa história é a fundação da *American Library Association* - ALA, em 1876, a partir de uma ideia de Melville Louis Kossuth Dewey (1851- 1931). Conhecido pela criação do Código de Classificação Decimal - CDD (1876), Dewey foi um grande empreendedor. A partir de suas interações que a profissão bibliotecária firmou-se naquele território e seu modelo formativo exportado para outros países.

Segundo Kramer (1966), o envolvimento de Dewey com a educação dos bibliotecários contribuiu para a criação da primeira Escola de Biblioteconomia na Universidade de Columbia, a *School of Library Economy*, em 1887. Sua intenção era romper com a concepção de uma profissão centrada na técnica, passando a combinar técnica, prática e informação acadêmica.

Con toda honestidad puede resumirse la historia de la educación de los bibliotecarios en Estados Unidos como la de un progreso hacia la formación profesional apartándose de los moldes de simple entrenamiento práctico. El desarrollo ha sido lento y aún no han sido alcanzados los objetivos, pero ese es el ideal hacia el cual tienden las escuelas de bibliotecarios (KRAMER, 1966, p. 171)

A formação acadêmica passou a garantir aos futuros profissionais o direito de exercer funções técnicas e docentes. O reconhecimento acadêmico veio acontecer em 1920, com a criação de um curso em nível de doutorado na Escola de Biblioteconomia da Universidade de Chicago. Além da competência para a formação, os novos profissionais, egressos dessas universidades, passaram a assumir cargos de direção em várias instituições, ampliando o nível de influência da profissão no ambiente social norte-americano. Em 1939, a aprovação da *Declaração dos Direitos das Bibliotecas* veio fortalecer o reconhecimento dos serviços bibliotecários naquele país. A generalização do acesso da população às bibliotecas impulsionou ao interesse por estudos sobre usuários, coleções, mobiliário, além de novas técnicas de organização de bibliotecas e de novos serviços, como o de referência.

Em 1953, foi promulgado o *Manifesto sobre Liberdade de Leitura*, e em 1956, em Columbia, foi criado o *Conselho de Recursos Bibliotecários*. Este último ampliou a visibilidade e o reconhecimento profissionais. Esse Conselho, segundo Kramer (1966, p.172), tinha objetivos de: “ayudar en la solución de los problemas bibliotecarios; orientar en las investigaciones, evolución y demostración de nuevos métodos y técnicas, y divulgar por todos los medios posibles los resultados obtenidos.” Passou a oferecer aos profissionais norte-americanos estudos relacionados às atividades de catalogação, orientações como proceder com o leitor, sobre o uso da biblioteca, o empréstimo, o espaço físico, as fichas e descritores, os microfimes e as fotocópias. (KRAMER, 1966). Era intenção desse conselho

[...] extender su acción mediante becas o contratos a organizaciones e individuos, proveer esfuerzos, impulsar el desarrollo de los recursos y servicios bibliotecarios, y estimular las relaciones entre las bibliotecas de los Estados Unidos y

bibliotecas y archivos extranjeros. (KRAMER, 1966, p.172).

A construção da profissão bibliotecária, a partir do contexto norte-americano, mostra que é o indivíduo que altera o meio social. O envolvimento profissional de Melvil Dewey culminou num modelo de formação bibliotecária que migrou para outros países, como o Brasil.

No nosso país, o ensino da Biblioteconomia teve dois momentos distintos. Seu início na Biblioteca Nacional, em 1915, correspondeu ao predomínio da cultura francesa. A partir dos anos vinte, a formação centra-se na prática profissional trazida dos Estados Unidos. As condições para essa mudança deram-se pela abertura ao capital norte-americano, a ascensão da burguesia e o crescimento econômico. (SOUZA, 2003).

Contudo, Souza, em 1993, já argumentava que

[...] transplantaram-se para o Brasil, mas não se recriaram, e até não se adaptaram as experiências e as técnicas desenvolvidas e utilizadas em parte da Europa e Estados Unidos, na área biblioteconômica. (SOUZA, 1993, p. 12).

6 FORMAÇÃO BIBLIOTECÁRIA NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No que se refere à formação dos profissionais que atuam nas escolas, Milanesi (2002, p. 25) afirma que a academia deveria prever, na formação dos bibliotecários, a mediação entre a informação e os alunos. Esse autor enfatiza que “esta é uma área abandonada, ainda, mas que é fundamental e de importância estratégica para o desenvolvimento da sociedade.”

As afirmações de Milanesi (2002) revelam a necessidade de mudanças no desenvolvimento curricular do ensino de Biblioteconomia, no Brasil. O meio social de hoje é bastante diverso e dinâmico e nesse sentido, o ensino precisa adequar-se constantemente à realidade. Elias (1994), Berger e Luckmann (2003) afirmam que os indivíduos e as instituições não são estáticos. Interagem com o meio, absorvem suas mensagens, se posicionam, se ajustam às demandas e inovam. Assim, pode-se dizer que através do currículo se faz uma projeção com

relação às demandas futuras, ao preparar o profissional para atuar num ambiente futuro.

Nesse sentido, Guimarães (2004) e Souza (2004) afirmam que os profissionais devem ser flexíveis, criativos e críticos. Na atualidade, tais características são essenciais para que o profissional possa enfrentar as intempéries de um mercado cada vez mais instável. Almeida Júnior (2004) afirma que a sobrevivência da profissão de bibliotecário se dá, entre outros aspectos, pelo apoio recebido das demais profissões que a vêem como parceira. Tal constatação reforça a idéia de interdependência das profissões preconizada por Abbott (1988). A sobrevivência de uma profissão deve-se, também, ao apoio que oferece às demais; nesse sentido há uma troca entre elas. Na escola, o bibliotecário precisa do apoio direto do professor; na área jurídica, do advogado; no hospital, do médico; na empresa, do administrador.

A demanda por novos perfis profissionais intensificada na década de 90 do século passado levou os cursos de graduação de Biblioteconomia e de Arquivologia, brasileiros e do MERCOSUL, a discutir a profissão e a formação dos futuros profissionais. No Brasil, esta discussão foi impulsionada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, aprovada pela Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), e pelo fenômeno da globalização. A LDB mudou as concepções curriculares, até então, centradas nos conteúdos, na direção do desenvolvimento de competências e de habilidades. A globalização acrescentou ao caráter local da educação uma visão de mundo. (GUIMARÃES, 2004).

Especificamente, quanto à formação bibliotecária, Guimarães (2004, p. 99) compreende que a inserção da pesquisa nessa formação é fundamental para que o acadêmico “tenha condições de expressar-se, questionar, construir, e reconstruir, refletindo o aprender a aprender enquanto processo educativo emancipatório.” No entanto, segundo Diniz (2001, p. 170).

[...] o desempenho profissional orienta-se via de regra menos por um corpo de conhecimento abstrato e sistematizado do que por um conjunto de “receitas” práticas e decodificadas que, desenvolvidas através do trato direto com problemas concretos, formam a ‘sabedoria convencional’ da profissão (DINIZ, 2001, p. 170).

Com a colaboração de 8 bibliotecários de 7 escolas catarinenses localizadas nos municípios de Florianópolis, Criciúma e Rio do Sul, foi possível conhecer a percepção desses profissionais sobre formação escolar, atuação e desafios profissionais. Para extrair tais percepções Garcez (2009) utilizou 7 perguntas abertas tendo como tema norteador a pesquisa escolar, e como instrumental metodológico, a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo - DSC.

7 AS PREMISSAS DA PESQUISA

A sociedade é composta por discursos individuais que compõem um grande coletivo discursivo heterogêneo. Por meio de pesquisas sociais qualitativas podemos ter acesso ao pensamento natural de um grupo de indivíduos e agrupar os discursos semelhantes. Com a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo é possível conhecer o pensamento de um grupo. Esta técnica se utiliza de quatro figuras metodológicas - Expressões-Chave (E-Ch), Idéias Centrais (IC), Ancoragem (Ac), e Discursos do Sujeito Coletivo (DSC). Com ela é possível reunir respostas de diferentes indivíduos, com conteúdos discursivos de sentido semelhante ou complementar. (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

Para buscar a essência do pensamento dos participantes de uma pesquisa qualitativa, o uso de Perguntas Abertas é fundamental. Este é um artifício onde os indivíduos, ao serem questionados, poderão se expressar, como afirmam Lefèvre e Lefèvre (2005, p. 15) “mais ou menos livremente, [...] [produzindo] discursos.”

Foi esta a técnica utilizada para analisar o pensamento do bibliotecário escolar, em Santa Catarina, sobre pesquisa escolar. Com a representação social da pesquisa na Educação Básica obtida através do discurso desse profissional, tornou-se possível identificar como esse grupo entende seu contexto e seu papel social; como estabelece relações no espaço escolar, cria vínculos e contribui para a educação escolar.

O ambiente desta investigação foi o de bibliotecas de instituições de ensino que oferecem Educação Básica, localizadas no território catarinense. Os participantes deste estudo são bibliotecários atuantes em escolas públicas e privadas, vinculados ao Grupo de Bibliotecários da Área Escolar de Santa Catarina - GBAE/SC.

Instituído em 1999, o grupo é uma instância de representação profissional ligada à Associação Catarinense de Bibliotecários - ACB.

Para a seleção desses participantes foram adotados os critérios descritos a seguir:

- a) ser bibliotecário com registro no Conselho Regional de Biblioteconomia, 14ª Região (CRB-14) e estar oficialmente vinculado ao GBAE/SC há mais de 3 anos;
- b) atuar em biblioteca de instituição de ensino que ofereça Educação Básica;
- c) ter experiência de mais de 3 anos em Biblioteca Escolar.

8 O BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR EM SANTA CATARINA

Através do discurso, o indivíduo revela seu mundo subjetivo e a objetividade daquilo que percebe e do que experimenta no cotidiano. (BERGER; LUCKMANN, 2003). Com base no Discurso do Sujeito Coletivo do bibliotecário sobre a pesquisa escolar apresentamos a seguir as percepções desse grupo sobre a escola, a biblioteca, a pesquisa escolar e sobre a sua interação com os alunos e professores.

Para os bibliotecários entrevistados, biblioteca é sinônimo de balcão de serviços. Esse traço da biblioteca reflete-se no seu perfil. A concepção de biblioteca como depositária de informações, vincula-se ao que vem sendo legitimado sobre a missão do bibliotecário. Se isto é interiorizado ou exteriorizado pelo bibliotecário, imagina-se que essa concepção esteja presente no senso comum. O DSC apontou que

Na escola, **a pesquisa começa quando o aluno chega à biblioteca.** [...] **A biblioteca atende, disponibiliza o que pode, orienta** os alunos no acesso aos conteúdos e **procura cativar os que a procuram.** [...] Geralmente acontece quando não encontram material em outro espaço. [...]. **A participação da biblioteca é reativa.** [...] **Não há um planejamento que inclua a biblioteca** nas pesquisas que acontecem na escola. [...] **Então, a participação do bibliotecário é [...] reativa, devagar, pois está condicionada à procura da biblioteca** [...]. (GARCEZ, 2009, p. 149, grifo nosso).

Quando ao perfil do bibliotecário, Freidson (1998) afirma que

[...] tanto a substância do processo de escolha da profissão como a do processo de socialização formal na escola profissionalizante desempenham importante papel na explicação do comportamento dos indivíduos em ambientes de trabalho (FREIDSON, 1998, p. 107).

Professor e bibliotecário possuem papéis sociais específicos. O bibliotecário não possui competência pedagógica. E isso faz diferença na atuação do bibliotecário escolar, na maneira como o aluno vê a biblioteca e no seu relacionamento com o bibliotecário. A conduta do aluno relacionada à pesquisa, ao uso da biblioteca e à imagem do bibliotecário, “depende da orientação que recebem” em sala de aula. Assim, a pesquisa,

Geralmente é feita em cima da hora e é baseada em cópia; existe muita cópia de livro e da internet. [...] as dificuldades de leitura e de busca de informação se refletem em suas pesquisas. Eles chegam com o tema, muitas dúvidas e fazem uma cópia. [...] Depende da orientação que recebem. [...] querem receber tudo pronto; livro aberto na página. [...] a escola trabalha pouco. No cotidiano escolar são raras as pesquisas realizadas e nem sempre acontece na biblioteca. Apenas alguns professores as solicitam [...] (GARCEZ, 2009, p. 150).

Professor e bibliotecário representam diferentes ideais de pesquisa. No ideal bibliotecário, pesquisa inclui o uso da biblioteca, suas fontes, indicação de bibliografia, planejamento, leitura e reflexão. Para esse profissional tudo indica que o professor “dá” o tema, a data de entrega e aguarda, em sala de aula, a pesquisa “pronta” conforme o discurso a seguir.

A pesquisa escolar é **uma ferramenta do aluno para suprir interesse ou necessidade de informação** [...] e **o resultado pode ser apresentado de várias maneiras.** [...] momento de aprendizado da escrita [...] **Com ela há uma multiplicação de conhecimentos sobre determinado conteúdo** que servirá de **base de preparação do aluno para os próximos níveis de educação escolar** e para a

aquisição de **autonomia intelectual**. É a **base para o futuro**. [...] **Ela acontece de forma tradicional; o professor indica o conteúdo e os alunos vão procurá-lo na biblioteca** [...] **Perdidos e com pressa fica difícil realizarem boas pesquisas. Falta conscientização**. [...] **A presença ou a não-presença do professor determinam o comportamento dos alunos** (GARCEZ, 2009, p. 149, grifo nosso).

Talvez isso aconteça pela formação do professor que, conforme Bagno (2000, p. 15), se concentra em metodologias que facilitam a “transmissão de conteúdos”, o que não combina com a atitude investigativa que se espera do aluno. Se essas duas concepções distanciam o bibliotecário do professor, por certo interferem na conduta do aluno com relação às pesquisas solicitadas, à maneira como ele vê a biblioteca e o bibliotecário.

Com relação à interação entre professor e bibliotecário, o coletivo bibliotecário informou que ela é pouco freqüente.

A interação acontece com dez por cento dos professores da escola quando o material é solicitado. [...] Não há um trabalho conjunto. [...] ele [professor] não se lembra dela [biblioteca] quando solicita pesquisa aos alunos (GARCEZ, 2009, p. 150).

Se como apontado no DSC “não há um planejamento que inclua a biblioteca nas pesquisas que acontecem na escola” isso decorre dessa falta de interação, ou de formação? No entanto o uso da biblioteca não se restringe apenas o professor, mas a todos os sujeitos escolares, profissionais e não profissionais. Isso parece indicar que o problema atinge a todos.

Se, conforme apontado no DSC, pesquisa, biblioteca e por extensão, bibliotecário são pouco valorizados na escola, isto tem relação com o tipo de educação que o Estado tem oferecido, porque é ele quem regula a formação profissional. Uma educação com pouco uso de biblioteca inibe seu uso. Assim, parece que a possibilidade do uso da biblioteca perde força e sentido, tanto por parte dos alunos quanto dos professores e bibliotecários – membros da comunidade escolar.

A falta de atualização do acervo e o pequeno espaço destinado à biblioteca merecem

ser destacados por interferir diretamente na pesquisa escolar, ou seja, colaboram para que haja no aluno, desinteresse pela leitura e pela biblioteca, estimulando a prática da cópia. Assim, o conjunto das percepções elencadas passa ao bibliotecário a noção que, na escola, pesquisa e biblioteca são desprestigiadas. Conforme o Coletivo “isso se relaciona à maneira como a biblioteca é vista”.

Elias (1993, p. 232) nos lembra que “uma mudança na estrutura das funções sociais obriga a uma mudança de conduta.” Portanto o currículo deve ser sempre o centro dessas discussões.

Se leitura e escrita são a base da pesquisa como viabilizá-las sem a biblioteca escolar? Rösing (2002) afirma que os alunos

[...] são produto de uma escola que não tem valorizado o livro suficientemente, desconhece a noção de acervo, ou, quando o utiliza, nem sempre o faz com critérios de seleção mais rigorosos (RÖSING, 2002 p. 68).

No DSC o bibliotecário catarinense revela o desejo de que algo precisa ser mudado. Assim, ele entende que

[...] é preciso que a biblioteca se apresente, desperte a curiosidade de alunos e de professores. Isso é fundamental para disseminar informações e formar leitores. A partir da orientação é possível formar o pesquisador. Esse trabalho deve acontecer a partir do início do Ensino Fundamental, antes que as pesquisas se intensifiquem. [...] a biblioteca deve [...] Preparar o aluno para o mercado de trabalho e para o uso da informação no ambiente profissional. Trabalhar a pesquisa no ensino básico, a partir das séries iniciais do ensino fundamental; porque isso é necessário (GARCEZ, 2009, p. 151, grifo nosso).

Constata-se através desse discurso que bibliotecário e professor têm esperado pelo aluno. Tudo indica que entre sala de aula e biblioteca existe um hiato com relação à realização das pesquisas escolares. Rösing (2002) acredita que leitura é resultado da con-vivência do aluno, percorrendo os espaços da sala de aula e da biblioteca. Para essa autora,

A questão da leitura é tratada, atualmente, em variadas dimensões e pressupõe um trabalho cooperativo, desenvolvido por profissionais de diferentes áreas do conhecimento (RÖSING, 2002, p. 69).

Ainda sobre a atitude de aguardar pela manifestação do aluno, Franco Junior; Vasconcelos e Menegassi (2002, p. 103) afirmam que essa atitude também se dá durante a realização das atividades em sala de aula. Nas atividades de produção textual “o professor, via de regra, fornece um tema e aguarda o aluno preencher um limite de linhas qualquer, previamente determinado ou não, que obedeça ao padrão formal considerado culto.” Os autores afirmam, ainda, que isso acontece porque não há “comandos bem elaborados, objetivos, claros, com subsídios para o desenvolvimento da reflexão [...]”

Tudo indica que não existe orientação em sala de aula para que o aluno, ao chegar à biblioteca, faça uma pesquisa que além de abordar o tema determinado pelo professor, seja por ele construída. De acordo com Rösing (2002)

[...] trabalha-se a oralidade boa parte do tempo em que o aluno permanece em sala de aula, e depois, exige-se desse mesmo aluno que tenha desempenho satisfatório da escrita (RÖSING, 2002, p. 103).

Esta autora acredita que o problema será superado ao aproximar sala de aula e biblioteca, e isso eliminará ou estreitará o hiato referido anteriormente, que faz o aluno ficar à margem da pesquisa. Ainda, segundo Rösing (2002, p. 69)

[...] o compromisso de viabilizar a leitura no âmbito da sala de aula e da biblioteca, por exemplo, pressupõe outro: o de estimular a produção textual [...] [sendo ele] decisivo na constituição e qualificação da [...] cidadania (RÖSING, 2002 p. 69).

Conforme sugestão do coletivo ouvido por Garcez (2009, p. 151), uma mudança curricular relacionada à pesquisa escolar exigirá “uma maior interação entre professores e bibliotecários, pois isso traz ganhos para ambos, principalmente, para os alunos.” Esse coletivo

expressa, ainda, que “vários fatores dificultam o trabalho de orientação oferecido pela biblioteca e isso interfere na realização de uma ‘boa pesquisa’.”

Assim, as discussões relacionadas ao ensino e à aprendizagem, à falta de leitura, de biblioteca, de um olhar mais apurado com relação aos currículos, que exigem uma ação política individual e coletiva, precisam ser reativadas. Elas serão mais enriquecedoras se houver integração de diferentes categorias profissionais, governo e instituições. Percebe-se que o problema não é simples e vem repercutindo no aluno, em sua família, na escola, no país e na sociedade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho analisou a carência do ensino da pesquisa na escola. De acordo com depoimentos de bibliotecários escolares catarinenses, uma das possibilidades de minimizar esta situação é por meio de uma maior inserção e integração do bibliotecário na escola. Acredita-se que as necessidades apontadas por esse profissional reportam às mudanças no ensino da Biblioteconomia apontadas por Souza (1993; 2003; 2004) e Guimarães (2004) no sentido de se formar profissionais mais flexíveis, criativos e críticos. Acredita-se, ainda, que o bibliotecário poderá contribuir para melhorar a interlocução entre professores, diretores e equipe pedagógica com relação aos problemas relacionados à pesquisa escolar. Será que os cursos de Biblioteconomia estão conscientes da necessidade de formar profissionais com um perfil pedagógico?

A partir dos depoimentos dos bibliotecários fica evidente a necessidade de se repensar a formação desse profissional para melhor adequá-la às especificidades do contexto educacional. A Lei nº 12.244 de 25/05/2010 (BRASIL, 2010) que obriga as escolas brasileiras, a ter bibliotecas reforça tal necessidade.

Lembra Freidson (1998, p. 40) que

[...] as profissões são os agentes que criam e fazem avançar o conhecimento incorporado nas disciplinas e seus membros projetam esse conhecimento nos assuntos humanos e do Estado. (FREIDSON, 1998, p. 40).

Projetar mudanças, pensar o novo, requer conhecer e entender a profissão. Souza (1993, p. 13) afirma que “o novo [...] instaura-se a partir da mudança de atitudes e da compreensão que subverte a realidade socialmente e tecnicamente cristalizada.” Pensar o novo requer mobilização, discussão coletiva; do bibliotecário, de seus pares, e de outros profissionais.

A construção de uma profissão e a sua manutenção requer interação e comunicação.

Lembra Moscovici (2004) que a partir da interação qualquer indivíduo é potencialmente gerador de mudança; é através dele que mudanças acontecem no social. A lei nº 12.244 de 25/05/2010 (BRASIL, 2010) e os discursos aqui apresentados fortalecem essa ideia. Somos potencializados para a mudança, para o novo, por isso é preciso interagir. Esse é o caminho para avançar.

THE LIBRARIAN AT SCHOOL: Discourses of professionals in santa catarina state, brazil

Abstract

The article discusses the performance of the librarian in the school environment. Discusses the concepts of profession and professionalization and the theories of functionalism and interactionism of the Sociology of Professions. The discussion is fundamented in the theories of Norbert Elias, Berger and Luckmann and Serge Moscovici. The librarian profession, as well as others, exists in a combination of several subjects, in a historical and social process influenced by language and interaction. When knowledge is interiorize and externalize, these subjects build a profession and a professional identity. In this continuum, the current formative model of fundamental school, the librarian and the teacher, are questioned by the librarian of the State of Santa Catarina, Brazil, as it reveals the discourse of the professional community investigated. The text intends contribute ito think on the perspectives of education of school librarians.

Keywords:

Sociology of professions. Librarian. School Library. Santa Catarina State, Brazil.

Artigo recebido em 12/03/2011 e aceito para publicação em 24/07/2011

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Andrew. **The system of professions**. Chicago: University of Chicago, 1988.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 7 abr. 2008.

_____. Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas

nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 maio 2010 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm>. Acesso em: 5 jan. 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 397, de 9 de outubro de 2002**. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, para uso em todo o território nacional e autoriza a sua publicação. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/legislacao.asp>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

CUNHA, Miriam Vieira da. As profissões e as suas transformações na sociedade. In: _____.; SOUZA, Francisco das Chagas de. **Comunicação, gestão e profissão**: abordagens para o estudo

- da Ciência da Informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DINIZ, Marli. **Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 2 v.
- _____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 1 v.
- FREIDSON, Eliot. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. São Paulo: EdUSP, 1998. (Clássicos, 12).
- FRANCO JUNIOR, Arnaldo; VASCONCELOS, Silvia Inês C. C. de; MENEGASSI, Renilson José. O vestibulando e o processo de escrever. In: BIANCHETTI, Lucídio (Org.). **Trama e texto: leitura crítica, escrita criativa**. São Paulo: Summus, 2002. 2 v.
- GARCEZ, Eliane Fioravante. **Pesquisa escolar na educação básica: discurso de bibliotecários catarinenses**. 2009. 320f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://aspro02.npd.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=1024_1&tipo_pesquisa=> Acesso em: 13 jan. 2010.
- GUIMARÃES, José Augusto. Profissionais da informação: desafios e perspectivas para a sua formação. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. (Org.). **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Tesaurus, 2004. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 3).
- KRAMER, Garnetta. La profesión bibliotecária. In: _____. **Notas bibliotecológicas**. México: Libreria Carlos Cesarman, 1966.
- LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa** (Desdobramentos). 2. ed. Caxias do Sul: Educus, 2005. (Coleção Diálogos).
- MILANESI, Luis. A formação do informador. **Inf. Inf.**, v. 7, n. 1, 2002, Londrina, PR, p.7-40, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1694/1445>>. Acesso em: 26 jul. 2007.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. (Psicologia Social).
- RODRIGUES, Maria de Lurdes. **Sociologia das profissões**. 2. ed. Oeiras: Celta, 2002.
- RÖSING, Tania Mariza Kuchenbecker. Se não lêem ou lêem pouco, como esperar que escrevam?. In: BIANCHETTI, Lucídio (Org.). **Trama e texto: leitura crítica, escrita criativa**. São Paulo: Summus, 2002. 2 v.
- SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi. Acompanhando o processo de escrever de pós-graduandos: um depoimento. In: BIANCHETTI, Lucídio (Org.). **Trama e texto: leitura crítica, escrita criativa**. São Paulo: Summus, 2002. 2 v.
- SOUZA, Francisco das Chagas de. **Biblioteconomia, educação e sociedade**. Florianópolis: EdUFSC, 1993.
- _____. O modelo educacional e seu impacto sobre a dimensão pedagógica da Ciência da Informação. **Em questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 123-142, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/87/46>>. Acesso em: 25 abr. 2008.
- _____. **Modernização e Biblioteconomia nova no Brasil**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003. (Teses NUP, 9).
- WARDE, Mirian Jorge. Diário de bordo de uma orientadora de teses. In: BIANCHETTI, Lucídio (Org.). **Trama e texto: leitura crítica, escrita criativa**. São Paulo: Summus, 2002. 2 v.